

PUBLICIDADE LEGAL

Governo derruba alta de imposto para smartphones

Polêmica contribuiu para recuo no aumento tributário a eletrônicos

/TRIBUTOS

Após repercussão negativa no Congresso e nas redes sociais, o governo federal decidiu revogar parte do aumento do imposto de importação sobre produtos eletrônicos e bens de capital anunciado no início do mês.

A medida foi aprovada na sexta-feira, 27 de fevereiro, pelo Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), vinculado à Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A decisão restabelece as alíquotas anteriores para 15 produtos de informática, incluindo smartphones e notebooks. A Camex também zerou a tarifa de importação para 105 itens classificados como bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) e produtos das áreas de informática e telecomunicações.

Nos dois casos, a redução de tarifas de importação ocorre por meio do mecanismo de ex-tarifário, que reduz alíquotas para itens sem produção de similar ou equivalente no Brasil.

Com o recuo, a alíquota de importação de smartphones retorna a 16%. A proposta anterior previa elevação para 20%. Em alguns casos, o aumento poderia chegar a até 7,2 pontos percentuais.

Também tiveram as tarifas restabelecidas produtos como notebooks, que retornam à alíquota original de 16%; gabinetes com fonte de alimentação (10,8%); placas-mãe (10,8%); mouses e track-balls (10,8%); mesas digitalizadoras (10,8%) e unidades de memória SSD (10,8%).

Segundo o governo, as alterações passam a valer a partir da publicação da resolução no Diário Oficial da União.

O aumento inicial atingia cerca de 1,2 mil itens e gerou reação de parlamentares da oposição e de setores empresariais, que alertaram para possível impacto nos preços ao consumidor.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vinha defendendo a medida sob o argumento de proteção à indústria nacional e de correção de distorções no comércio exterior. Ele esclareceu que mais de 90% dos produtos afetados são produzidos no Brasil, e o aumento só atingia produtos importados.

No caso de eletrônicos produzidos ou montados no país com insumos importados, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) esclareceu que os componentes seriam beneficiados pelo mecanismo de drawback, que reduz o Imposto de Importação de insumos usados para fabricar produ-



PATRÍCIA COMUNELLO / ESPECIAL/JC

Tecnologia está presente desde 2013 no Brasil

tos destinados à exportação.

O governo estimava arrecadar até R\$ 14 bilhões em 2026 com a elevação das alíquotas. A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão consultivo do Senado, previa receita maior, de R\$ 20 bilhões neste ano.

Diante da pressão política, o Executivo optou por um recuo parcial. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a decisão acolheu pedidos protocolados por empresas até 25 de

fevereiro e já estava prevista nas regras de ex-tarifário, mecanismo que permite zerar imposto para produtos sem similar nacional. A pasta informou que as alíquotas mais altas anunciadas no início do mês não chegaram a entrar em vigor.

Os 105 produtos que tiveram a tarifa reduzida a zero permanecerão com isenção por 120 dias. Novas revisões poderão ocorrer nas próximas reuniões do Gecex, que delibera mensalmente sobre realinhamentos tarifários.

Governo prepara Brasil Soberano 2.0 para exportadores ainda atingidos por tarifaço dos EUA

/ECONOMIA

O governo avalia relançar o plano Brasil Soberano, criado no ano passado para socorrer exportadores afetados pelo tarifaço dos Estados Unidos, agora com o objetivo de atender produtos que seguem pagando sobretaxas setoriais de até 50% no âmbito da Seção 232. O “Brasil Soberano 2.0”, como denominado pelo pre-

sidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, deve usar recursos em caixa do banco, sem recorrer ao Tesouro.

As tarifas impostas com base na Seção 232 atingem 29% das exportações brasileiras aos Estados Unidos, incluindo aço e alumínio, que pagam alíquota extra de 50%, além das autopeças, cuja tarifa no mercado americano é

de 25%.

A decisão da Suprema Corte norte-americana que derrubou o tarifaço do presidente Donald Trump não alcança as tarifas aplicadas com base na Seção 232.

Na sexta, durante entrevista coletiva à imprensa em que fizeram um balanço da política industrial brasileira, a Nova Indústria Brasil, Mercadante e o vice-presidente e ministro do Desenvolvi-

mento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disseram que o governo estuda novas medidas para amenizar o impacto de setores tarifados pela Seção 232.

Mercadante explicou que uma parte dos recursos liberados ao plano Brasil Soberano não chegou a ser utilizada. A ideia é usar, então, esses recursos em apoio aos exportadores atingidos pela 232, que, observou o presidente

do BNDES, terão que conviver por mais tempo com as sobretaxas.

“Faz sentido o Brasil Soberano 2.0. Os recursos já existem”, disse Mercadante, acrescentando que a iniciativa já foi desenhada pelo ministério da Indústria e está sendo examinada agora pelo ministério da Fazenda. “São recursos que estão na caixa do BNDES, não precisa do Tesouro”, acrescentou.

BNDES destinará mais R\$ 70 bi ao Nova Indústria Brasil

/INDÚSTRIA

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, anunciou, sexta-feira, em São Paulo, a ampliação de recursos para o Nova Indústria Brasil. Segundo ele, até o fim deste ano o banco vai destinar mais R\$ 70 bilhões para o programa, somando um total de R\$ 370 bilhões desde que o programa foi lançado em janeiro de 2024.

“Nós estamos anunciando hoje, aqui, que estamos aumentando em mais R\$ 70 bilhões de crédito. Entregamos R\$ 300 bilhões, e vamos entregar até o final deste ano, R\$ 370 bilhões”, disse Mercadante, ao lado do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. A Nova Indústria Brasil (NIB) é uma política industrial

lançada pelo governo federal no início de 2024, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033.

O programa usa instrumentos tradicionais de políticas públicas, como subsídios, empréstimos com juros reduzidos, ampliação de investimentos federais, incentivos tributários e fundos especiais para estimular alguns setores da economia.

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL COOPERATIVA ESTADUAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

A Cooperativa Estadual de trabalho e desenvolvimento dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todas as cooperadas e todos os cooperados para participarem da Assembleia Geral ordinária, a ser realizada conforme as informações abaixo:

Data: 14 de março de 2026

Modalidade: Virtual, por meio da plataforma Google Meet

Horários de convocação:

Primeira chamada: 9h

Segunda chamada: 9h30

Terceira e última chamada: 10h

(Com qualquer coram)

Pauta da Assembleia:

▪ Eleição da nova Diretoria

▪ Caminhos Ubuntu da Rota do Bode

▪ Deliberações de interesse da cooperativa

▪ Assuntos gerais

A Assembleia será instalada em conformidade com o quórum previsto no Estatuto Social da Cooperativa, respeitados os horários de chamada acima indicados. O link de acesso à sala virtual será disponibilizado previamente às cooperadas e aos cooperados por meio dos canais oficiais da Cooperativa. Contamos com a participação de todas e todos, reafirmando o compromisso com a organização coletiva e o fortalecimento da democracia interna.

Philip Thyago Xavier Rodrigues
Presidente